



Gabinete da Ministra

Discurso da Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde

Dr.^a Janine Lélis

Debate sobre Situação da Justiça

30 de outubro 2019

- Senhor Presidente da Assembleia Nacional
- Senhores Deputados
- Senhor Primeiro Ministro
- Colegas membros do governo

A realização da justiça, a satisfação das expectativas dos cabo-verdianos em relação às demandas pendentes nos tribunais, é legítima e deverá congrega os esforços de todos para a sua realização e materialização.

Os Tribunais, órgãos de soberania, tem a incumbência de resolver os conflitos de interesse promovendo deste modo, a paz social, a segurança jurídica e proteção o património individual.

No nosso modelo constitucional o exercício da jurisdição e o suporte do sistema constituem responsabilidades atribuídas a entidades distintas: as Magistraturas, o Governo e o Parlamento.

Compete em exclusivo às magistraturas - organizadas em modelos de autogoverno - a iniciativa e as decisões processuais. O Ministério Público decide ou promove com autonomia, os juízes fazem escolhas decisórias, com independência.

Ao Governo compete, impulsionar as reformas legislativas, garantir os meios financeiros para os recursos humanos, bem assim as infraestruturas físicas e tecnológicas.

Ao Parlamento cabe a materialização normativa, das políticas traçadas em propostas ou projetos, no quadro constitucional definido.

Dito de outro modo, para combater a morosidade da justiça contribuem necessariamente o Governo, na promoção das condições de trabalho, o Governo e o Parlamento na definição de medidas de políticas que facilitem e melhorem o quadro normativo, o Ministério Público na defesa da legalidade democrática, do interesse público e como titular da ação penal, e os tribunais que aplicam a lei realizam os julgamentos.

Assim, para o sucesso do funcionamento da justiça, importa uma concertação estratégica, o somatório das vontades e o engajamento de todas as instituições.

E assim tem sido. O Governo tem feito obras para melhoria das infraestruturas e para permitir a materialização da orgânica do Ministério Público e igualmente para a materialização da lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais, citando a título de exemplo, a instalação dos Tribunais de Relação, a instalação dos Departamentos Centrais do Ministério Público.

De igual modo não podemos deixar de referir **ao reforço dos meios que vem sendo alocados ao sector de justiça, em especial quanto aos orçamentos, do Conselho Superior da Magistratura judicial, do Ministério Público e da Procuradoria Geral.**

Com efeito, **de 2016 a esta parte houve um aumento, na ordem de 34.2%, para o Conselho Superior da Magistratura Judicial, 65.7%**

para o Conselho Superior do Ministério Público e 50.5% para a Procuradoria-Geral da República.

Precisando os valores: **O orçamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial** que em 2016 era de 361 milhões, 666 mil, 583 escudos, passou a ser em 2019, de 485 milhões, 514 mil e 283 escudos. (+34.2 %)

O Orçamento do Conselho Superior Ministério Público que em 2016 era de 216 milhões, 982 mil, 309 escudos, passou a ser em 2019, de 370 milhões, 997 mil, 490 escudos. (+65.7%)

O Orçamento da Procuradoria Geral da República que em 2016 era de 58 milhões, 733 mil, 442 escudos, passou a ser, em 2019 de 88 milhões, 372 mil, 288 escudos (+50.5%).

O Governo também realizou e concluiu as obras para a instalação do Tribunal de Pequenas Causas na Praia, dos Tribunais de Execução de Penas de Barlavento e Sotavento.

A ação do Parlamento foi igualmente fundamental na aprovação da alteração da lei que permitirá a instalação destas instâncias e que introduziu pela primeira vez, os objetivos de referência processual a serem cumpridos pela magistratura judicial. De igual modo o Parlamento viabilizou a instalação dos 3 Departamentos Centrais do Ministério Público.

Refira-se ainda à aprovação das alterações às Leis de Inspeção da Magistratura Judicial e do Ministério Público que passaram a interligar a avaliação de desempenho em função da produtividade e do cumprimento dos objetivos processuais.

Os Conselhos das Magistraturas, vem assumindo as suas responsabilidades, definindo metas e objetivos processuais a serem alcançados, propondo os seus orçamentos e definindo as suas prioridades.

Regista-se um engajamento do Ministério Público, espelhado na criação por dois anos consecutivos, de equipas especiais para redução das pendências, e pela diminuição significativa destas verificadas de 2016 a esta parte, mais concretamente diminuído as pendências de 102.153 em 2016, para 67.353 em 2019.

Neste ano de 2019, propusemos, e com o aval deste Parlamento, logramos a alteração da Lei de Investigação Criminal, e da Lei de Execução de Política Criminal. Estas iniciativas, mesmo não carecendo de maiorias qualificadas, também foram aprovadas pelas forças políticas representadas no Parlamento, pela compreensão e entendimento geral, de que se mostrava necessário fazer ajustamentos para potenciar uma melhor investigação criminal.

Com efeito, conseguiu-se pela via deste instrumento legal, uma melhor repartição de competências entre as polícias, um acompanhamento permanente do Ministério Público nos processos delegados e a possibilidade de validação posterior de requisição de informações, documentos e dados que interessam ao apuramento dos factos criminais.

Foram estabelecidas nesta alteração, novas premissas para investigação, com o propósito de acelerar a tramitação processual e para o reforço de cooperação institucional entre as polícias e o Ministério Público.

Senhor Presidente,

O Sistema de Investigação Criminal desenhado para o nosso país, é complexo, exige a intervenção de várias entidades em simultâneo. Para a execução da política criminal e para o funcionamento da justiça, existem

profissionais dedicados e empenhados, dispostos a dar a sua contribuição, por esta razão é fundamental que não haja desresponsabilização de parte a parte, sob pena de se fomentar a inação, que muito poderá prejudicar os resultados da realização da justiça.

Assim, compreendendo que poderá haver diferentes pontos de vista, em relação às causas que dificultam a melhor realização, e/ou impedem uma melhor produtividade nas organizações, é de extrema relevância, mesmo na esfera do embate político, que a consideração deva ser, a de que, todos são importantes e fundamentais, e que todos se predispõem a melhor fazer e a cumprir cabalmente as suas atribuições a bem do povo para o qual a justiça trabalha.

Em consonância com os esforços dos demais outros intervenientes com responsabilidade no sistema judicial, o Conselho Superior da Magistratura Judicial apresentou pela primeira vez, um plano estratégico para reduzir as pendências e a morosidade processual e para melhorar a gestão e organização dos tribunais e do próprio conselho, assumindo deste modo, que o combate a morosidade é também a sua responsabilidade, e perspectiva a eliminação das pendências para o ano judicial 2023/2024.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial procedeu ainda ao recrutamento de 16 magistrados, tendo previsto que este é o número, de magistrados, para completar o quadro das necessidades atuais.

Assim, de acordo com a proposta deste conselho, prevê-se após conclusão deste recrutamento:

- Materializar a instalação do Tribunal de Pequenas Causas da Praia;
- A criação de um juízo de Execução Civil e desdobramento do Juízo Laboral na Comarca da Praia;
- O reforço do Tribunal de Boavista e a sua divisão em dois Juízos, Civil e Crime;
- Mais um juiz para a ilha do Sal;

- Um juiz para o Juízo de Família e Menores e Trabalho de São Vicente;
- O reforço da Comarca de São Filipe,
- O reforço do Tribunal de Relação de Sotavento com mais dois juízes,
- O preenchimento da bolsa de juízes,
- O reforço da Inspeção Judicial com mais dois juízes para garantir a regularidade nas inspeções judiciais e às secretarias.

Senhores deputados,

Estes relatos são apenas para evidenciar e demonstrar a sistematização de esforços que vêm sendo feitos pelas instituições com responsabilidade no sector de justiça.

Os investimentos vêm sendo realizados, as reformas legislativas vêm acontecendo o reforço dos recursos humanos também. É por isso que estamos em crer que havendo melhorias, muito mais se espera ainda conseguir e realizar no funcionamento da justiça.

A implementação do Sistema de Informatização da Justiça, reforçará com certeza estes ganhos. É fundamental vencer os obstáculos para a sua utilização plena e efetiva. Este instrumento que é de facilitação na tramitação processual permitirá níveis de respostas mais aproximados às expectativas do utente. Urge, pois, incitar o engajamento a sua utilização e aproveitar-se dos ganhos que poderá oferecer ao sistema. O Ministério da Justiça e Trabalho está a trabalhar as reformas legislativas sugeridas para reforçar o melhor funcionamento do Conselho de Gestão.

Passando agora a referir às responsabilidades exclusivas do Ministério da Justiça e Trabalho, queremos mais uma vez referir às reformas tecnológicas no sector de Registo e Notariado que estão em curso.

Citamos a reforma do Registo Comercial, a reforma do Registo Automóvel, a reforma do Registo Criminal, a implementação do Sistema de Informação

Notarial e o Projeto de Cadastro. Todas viradas para garantir mais celeridade, mais segurança jurídica e reforço do ambiente de negócios.

O novo **Sistema de Informação do Registo Comercial**, já está implementado em todas as Conservatórias a nível nacional (Praia, Sal, São Vicente, Santa Catarina de Santiago, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos, São Domingos, Cidade velha, Maio, Boavista, Santo Antão, São Nicolau e Fogo) já permitiu a constituição de 229 novas empresas, a alteração de 1098, com emissão de 4362 certidões de registo, e estão pendentes 92 pedidos.

O novo **Sistema de Registo Automóvel** está igualmente implementado em todas as conservatórias do país. Através dele já se efetuaram mais de 13 mil pedidos.

O novo **Sistema de Registo Criminal** já foi concebido e está sendo alimentada para garantir a sua implementação efetiva. Neste momento do total de boletins a inserir em mais de 58 mil, 20 mil boletins já foram recuperados.

Este sistema ira permitir uma base de dados única de identificação criminal, a modernização e simplificação dos procedimentos e processos na emissão de certificados de registo criminal, sendo que as autoridades judiciais e judiciárias, passarão a consultar as informações criminais constantes do SIC, o que facilitara a tramitação dos processos.

Já **concluimos as propostas de alteração dos Códigos de Registo Comercial e Automóvel, a proposta de alteração da lei sobre o Registo Criminal** que serão submetidos à apreciação do Conselho Ministros. E já foi entregue no parlamento, aguardando agendamento uma proposta de alteração da lei de nacionalidade.

Fizemos remodelações nos serviços de Registos Notariado e Identificação, em São Nicolau, Boa Vista, no 2º Cartório Praia. Procedeu-se de igual modo à requalificação e adaptação de espaços nos 1º, 2º e 3º Piso Edifício RNI em Chã de Arreia. Requalificação e adaptação de RNI em Assomada.

Foi concluído o edifício que alberga hoje o Arquivo Nacional de Identificação Civil e Criminal agora sito Achada de Santo António. Estão em curso os procedimentos para o início das obras para as novas instalações em Santa Maria, Maio, Calheta e Ribeira Grande de Santiago. Igualmente pretendemos consolidar um segundo cartório para São Vicente e concluir os processos de recrutamento em curso para reforço de pessoal.

O Cartão Nacional de Identificação vem sendo consolidado, estando neste momento a perspetivar a associação de outras funcionalidades como sejam as de utilização digital, que vai permitir a autenticação, a assinatura digital de documentos, integração com o NIF, os bancos, tendo como foco a facilitação e diminuição de burocracia.

Muito se tem falado, com especial enfoque, nestes últimos dias sobre o Sistema Prisional. Este sector apresenta ainda muitos desafios, e a questão da sobrelotação é sem dúvida a questão mais premente.

Para criar alternativas e aumentar a capacidade dos estabelecimentos prisionais do país, estão em curso as obras para um novo estabelecimento prisional no Fogo, a eletrificação e canalização para a **Cadeia do Sal**, o reforço de segurança na parede de proteção da **Cadeia de São Vicente**, o reforço dos equipamentos de vigilância para a Cadeia da Praia e a aquisição de mais rádios de comunicação.

Na **Cadeia Central de São Vicente** Já foram realizadas obras de construção de casas de banho, reestruturação da rede de água e esgoto e construção de uma ala para revista e para colocação do pórtico e do raio X.

Na **Cadeia de Santo Antão**, foram realizadas obras para uma nova cozinha, remodelação das celas e das casas de banho e montagem de espaço para oficina.

As condições de saúde, alimentação acompanhamento e reinserção social foram melhoradas. Foi aprovado o Código de Execução de Penas e igualmente o Plano Nacional de Reinserção Social, este último virado para a oferta de opções de empregabilidade e para a diminuição da reincidência criminal.

Reivindicações muitas existem por parte dos agentes prisionais. E estas reivindicações vêm sendo atendidas. As Promoções vêm acontecendo, fizemos o pagamento dos valores a que tinham direito pelas progressões, de 2003 a 2010, no montante de mais de 10 mil contos.

Igualmente procedemos a regularização das férias, e foram pagos a título de compensação das horas extraordinárias, cerca de 18.000 contos, sendo que o processo de aquisição de novos fardamentos está em curso.

A Polícia Judiciária teve um incremento orçamental significativo. Em 2016 tinha um Orçamento de 298 mil contos, em 2019 passou a ter o Orçamento de 507 mil contos, o que permitiu a aprovação dos novos estatutos e os investimentos feitos no Sistema AFIS e no Sistema de Informação Criminal, na renovação do parque automóvel, e no reforço do laboratório.

Estes investimentos em especial os ligados ao sector de tecnologia, produzirão efeitos a longo prazo na medida em que a alimentação das bases de dados é que é o fator de mudança de paradigma.

Duplicou-se o Orçamento para **Assistência Judiciária**, passamos de 17 mil contos para mais de 40 mil contos. Criamos uma plataforma de gestão, foram revistos os valores, os honorários e introduziu-se o princípio do

acompanhamento do beneficiário, pelo mesmo advogado do início ao fim do processo.

A informação Jurídica descentralizada está funcionando no quadro perspectivado. Fez-se a avaliação do modelo que recomendou maior divulgação, o que vem sendo feito através de campanhas para o seu reforço.

Foram iniciados os procedimentos administrativos, para a alteração do Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Penal, Código de Processo de Trabalho, Novo Regulamento para o Cofre Geral de Justiça sendo de referir também o estudo para definição do modelo e fases de implementação do Instituto de Medicina Legal.

Igualmente já se tem um primeiro *draft* para a tramitação cronológica dos processos, aguardando-se os pareceres dos Conselhos, para posteriormente fazer-se as necessárias concertações, no que respeita ao melhor mecanismo para solucionar e resolver os processos mais antigos pendentes. E para que se possa garantir efetivamente ganhos ao sistema.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Estamos a cumprir com o programa de Governo. Estamos a trabalhar para que haja menos morosidade, mais confiança no Sistema Judicial e acima de tudo estamos a trabalhar para que haja mais justiça.

Os esforços não têm sido poupados para melhorar o funcionamento do sistema e o debate que se espera concretizar hoje também é fundamental para a avaliação e prospeção do que já foi feito, do que precisa ser feito, visando sempre, mais do que o embate político, o melhor para a justiça cabo-verdiana, pilar essencial para a nossa democracia.

Agradeço a atenção.

A Ministra da Justiça e Trabalho
Janine Lélis

Aos 30 de outubro de 2019